

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: UM ESTUDO DE CASO NO IFAM-CMZL

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN TECHNICAL VOCATIONAL EDUCATION: A CASE STUDY AT IFAM-CMZL

INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL TÉCNICA: UN ESTUDIO DE CASO EN EL IFAM-CMZL

Salim Saraiva Said¹, Adriano Pereira da Silva Martins², Gylherme Chaves Branches³, Mateus Amélio da Silva Guerreiro⁴, Rafael Rodrigues Nunes⁵, Erika Isabelle Martins Cardoso⁶

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6890

Recibido: 03/08/2026 | Aceptado: 28/08/2026 | Publicación en línea: 03/09/2026.

RESUMO

Este estudo analisou os desafios da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL), no ano de 2024. A pesquisa adotou abordagem mista, com delineamento exploratório-descritivo, envolvendo 26 professores e 7 pais ou responsáveis, considerando o universo de 10 estudantes com TEA matriculados no campus. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados e analisados mediante estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram lacunas na formação docente, ausência de Planos Educacionais Individualizados (PEI), insuficiência de tecnologias assistivas e fragilidade na articulação entre equipe pedagógica, família e serviços de apoio. Conclui-se que a inclusão na Educação Profissional Técnica demanda reestruturação institucional, formação continuada e fortalecimento das políticas inclusivas, a fim de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito escolar dos estudantes com TEA.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Educação Profissional Técnica.

¹ Doutor em Ciências da Educação, Centro Universitário – Uninter, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: salim.said@ifam.edu.br

² Doutor em Ciências da Educação, Centro Universitário – Uninter, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: adriano.martins@ifam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0695-5104>

³ Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas, Núcleo de Ensino Superior de Boca do Acre - (UEA) Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: professorgylhermebranches@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8565-6362>

⁴ Pós-Graduado em Docência Universitária, Centro Universitário Fametro, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: mateus.guerreiro@docente.unip.br

⁵ Pós-Graduado em Direito Público Aplicado, Legale Educacional, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: rafael.nunes@ifam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3510-2298>

⁶ Graduanda em Licenciatura em Química, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: isabelle.martins@ufam.edu.br

ABSTRACT

This study analyzed the challenges of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Technical Courses Integrated with High School at the Federal Institute of Amazonas – Manaus Zona Leste Campus (IFAM-CMZL), in 2024. The research adopted a mixed-methods approach with an exploratory-descriptive design, involving 26 teachers and 7 parents or guardians, considering the universe of 10 students with ASD enrolled at the campus. Data were collected through semi-structured questionnaires and analyzed using descriptive statistics and content analysis. The findings revealed significant gaps in teacher training, the absence of Individualized Educational Plans (IEPs), insufficient assistive technologies, and weak articulation among the pedagogical team, families, and support services. It is concluded that inclusion in Technical and Vocational Education requires institutional restructuring, continuous teacher education, and strengthened inclusive policies to ensure not only access but also students' retention and academic success.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Technical and Vocational Education.

RESUMEN

Este estudio analizó los retos que plantea la inclusión de alumnos con trastorno del espectro autista (TEA) en los cursos técnicos integrados a la enseñanza secundaria del Instituto Federal de Amazonas – Campus de Manaus Zona Este (IFAM-CMZL), en el año 2024. La investigación adoptó un enfoque mixto, con un diseño exploratorio-descriptivo, en el que participaron 26 profesores y 7 padres o tutores, teniendo en cuenta el universo de 10 alumnos con TEA matriculados en el campus. Los datos se recopilaban mediante cuestionarios semiestructurados y se analizaron mediante estadística descriptiva y análisis de contenido. Los resultados pusieron de manifiesto carencias en la formación del profesorado, la ausencia de Planes Educativos Individualizados (PEI), la insuficiencia de tecnologías de apoyo y la fragilidad en la coordinación entre el equipo pedagógico, la familia y los servicios de apoyo. Se concluye que la inclusión en la Educación Profesional Técnica exige una reestructuración institucional, formación continua y el refuerzo de las políticas inclusivas, con el fin de garantizar no solo el acceso, sino también la permanencia y el éxito escolar de los alumnos con TEA.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Trastorno del Espectro Autista. Educación Profesional Técnica.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação inclusiva nas últimas décadas tem provocado transformações nos sistemas educacionais, especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). No Brasil, avanços normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam o direito à escolarização em ambientes regulares de ensino, assegurando acesso, permanência e aprendizagem aos estudantes público-alvo da educação especial.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a inclusão apresenta especificidades que extrapolam os desafios observados na educação básica regular. O modelo de Ensino Médio Integrado ao Técnico articula formação geral e formação profissional, exigindo do estudante domínio de competências acadêmicas e técnicas, muitas vezes associadas a ambientes laboratoriais, práticas industriais e atividades que demandam interação social, organização e autonomia. Para estudantes com TEA, cujas características podem envolver dificuldades na comunicação, interação social e flexibilidade comportamental, tais exigências podem representar barreiras adicionais à plena participação escolar.

Embora a literatura nacional venha ampliando o debate sobre educação inclusiva e autismo, observa-se uma lacuna específica quanto à inclusão de estudantes com TEA na Educação Profissional Técnica de nível médio. Grande parte dos estudos concentra-se na educação infantil e no ensino fundamental, havendo menor produção científica voltada à realidade dos cursos técnicos integrados, especialmente no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nesse cenário, torna-se relevante investigar como os processos inclusivos vêm sendo implementados nos Institutos Federais, identificando desafios estruturais, pedagógicos e formativos que impactam a trajetória escolar desses estudantes. Compreender as percepções de professores, gestores e familiares pode contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo analisar os desafios da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL), no ano de 2024. Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, com delineamento exploratório-descritivo, envolvendo 26 professores e 7 pais ou responsáveis, considerando o universo de 10 estudantes com TEA matriculados na instituição no período investigado.

Ao focalizar a inclusão no âmbito da Educação Profissional Técnica, este artigo busca

contribuir para o debate acadêmico sobre práticas institucionais inclusivas em contextos formativos que articulam ensino médio e qualificação profissional, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito escolar dos estudantes com TEA.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Inclusiva como Paradigma Educacional

A educação inclusiva consolidou-se como paradigma orientador das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada na concepção de que a diversidade constitui elemento estruturante da escola e não exceção a ser acomodada. A Declaração de Salamanca representou marco internacional ao afirmar que sistemas educacionais devem se reorganizar para atender todos os estudantes, independentemente de suas características individuais (UNESCO, 1994).

No Brasil, esse movimento foi incorporado à legislação educacional por meio da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que estabelece a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular.

Mantoan (2015) argumenta que a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas implica transformação estrutural da cultura escolar, revisão de práticas pedagógicas e ruptura com modelos segregacionistas. Para a autora, a inclusão exige mudança paradigmática que desloca o foco da deficiência para a reorganização do ensino.

Glat e Blanco (2007) reforçam que a consolidação da educação inclusiva depende da construção de sistemas educacionais flexíveis, capazes de adaptar currículo, avaliação e metodologias às necessidades dos estudantes, promovendo equidade e participação.

Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser compreendida como processo político-pedagógico contínuo, que articula legislação, formação docente e reorganização institucional.

Transtorno do Espectro Autista e Escolarização

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por alterações persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, manifestando-se de forma heterogênea e demandando diferentes níveis de suporte.

Segundo Orrú (2017), a escolarização de estudantes com TEA requer organização pedagógica estruturada, previsibilidade de rotinas e uso de recursos visuais, uma vez que muitos estudantes apresentam dificuldades relacionadas à flexibilidade cognitiva e à interação social. A autora enfatiza que práticas pedagógicas baseadas na mediação intencional e na adaptação curricular são fundamentais para favorecer a aprendizagem.

Mendes (2010) destaca que o sucesso da inclusão depende de intervenções planejadas, com definição clara de objetivos individualizados e acompanhamento do progresso escolar. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) contribui para inclusão pedagógica.

Baptista (2013) ressalta que a inclusão de estudantes com TEA exige articulação entre escola, família e serviços de saúde, configurando uma rede de apoio intersetorial. A ausência dessa articulação pode comprometer tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o socioemocional.

A literatura converge ao afirmar que a formação docente constitui variável central na efetivação da inclusão. Professores que não recebem formação específica tendem a manifestar insegurança e dificuldades na implementação de estratégias diferenciadas (MENDES, 2010).

Formação Docente e Inclusão na Educação Profissional

A formação de professores para atuação em contextos inclusivos é um desafio para as políticas educacionais brasileiras. Gatti (2010) aponta que a formação inicial ainda apresenta lacunas no que se refere à educação especial, resultando em preparo insuficiente para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Mendes (2010) complementa que programas de formação continuada são fundamentais para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, especialmente quando articulados à realidade concreta das instituições.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os desafios se ampliam. O modelo de Ensino Médio Integrado articula formação geral e técnica, exigindo competências e

atuação em ambientes laboratoriais e práticos. Moura (2013) e Pacheco (2011) defendem que a EPT deve promover formação humana integral, integrando trabalho, ciência e cultura. Contudo, a efetivação dessa proposta requer políticas institucionais que contemplem também a diversidade estudantil.

A literatura ainda é incipiente quanto à inclusão de estudantes com TEA na EPT, evidenciando lacuna científica relevante. Grande parte das investigações concentra-se na educação infantil e fundamental, havendo necessidade de estudos que analisem contextos de maior complexidade curricular, como os cursos técnicos integrados.

Assim, investigar a inclusão na Educação Profissional Técnica implica analisar não apenas adaptações pedagógicas, mas também organização institucional, formação docente e articulação intersetorial.

METODOLOGIA

Delineamento da Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem mista (quali-quantitativa), com delineamento exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de estudo de caso institucional. A escolha da abordagem mista justifica-se pela necessidade de integrar dados quantitativos — relacionados às percepções e indicadores objetivos de inclusão — e dados qualitativos, voltados à compreensão das experiências e interpretações dos participantes acerca do processo inclusivo.

O estudo de caso foi adotado por possibilitar a análise aprofundada de um contexto específico, permitindo examinar fenômenos contemporâneos inseridos em uma realidade institucional delimitada.

Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL), instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O campus oferta Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, articulando formação geral e formação profissional.

No ano de 2024, estavam matriculados 10 estudantes com diagnóstico de Transtorno do

Espectro Autista (TEA) nos cursos técnicos integrados da instituição, constituindo o universo da pesquisa no que se refere ao público-alvo da educação especial.

Participantes

Participaram do Estudo

- 26 professores que atuavam nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio;
- 7 pais ou responsáveis por estudantes com TEA matriculados na instituição.

A amostra docente foi composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, incluindo disciplinas da formação geral e técnica. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semiestruturados, elaborados especificamente para esta investigação. O instrumento contemplou:

- Questões fechadas, com alternativas de múltipla escolha e escalas de percepção;
- Questões abertas, destinadas à obtenção de relatos e interpretações qualitativas.

Os questionários aplicados aos professores abordaram aspectos como:

- Formação para atuação com estudantes com TEA;
- Estratégias pedagógicas utilizadas;
- Recursos disponíveis;
- Percepção de preparo institucional;
- Dificuldades enfrentadas.

Já os instrumentos destinados aos pais/responsáveis investigaram:

- Satisfação com o processo de inclusão;
- Percepção sobre suporte institucional;
- Comunicação escola-família;
- Principais desafios observados.

Procedimentos de Coleta

A aplicação dos questionários ocorreu no ano de 2024, em período letivo regular, mediante autorização institucional. Os instrumentos foram disponibilizados aos participantes em formato estruturado, garantindo sigilo e anonimato das respostas.

A pesquisa respeitou os princípios éticos que regem estudos com seres humanos, assegurando confidencialidade das informações e utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos.

Tratamento e Análise dos Dados

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, organizadas em gráficos e tabelas, possibilitando a visualização dos indicadores relacionados ao processo inclusivo.

Os dados qualitativos provenientes das questões abertas foram examinados por meio de análise de conteúdo, buscando identificar categorias temáticas recorrentes associadas aos desafios institucionais, formação docente, suporte pedagógico e articulação intersetorial.

A triangulação entre dados quantitativos e qualitativos permitiu ampliar a compreensão do fenômeno investigado, confrontando percepções de professores e familiares e identificando convergências e divergências nas experiências relatadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação Docente e Preparo Institucional: Entre a Boa Vontade e a Insuficiência Formativa

Os dados evidenciam que, embora parte dos docentes tenha relatado experiência prévia com estudantes público-alvo da educação especial, a formação específica para atuação com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda se mostra insuficiente. Uma parcela significativa dos 26 professores participantes indicou não ter participado de cursos específicos voltados à educação inclusiva ou ao atendimento de estudantes com TEA.

A percepção de dificuldade no processo de ensino também se destacou. Muitos docentes

relataram insegurança quanto à adaptação de conteúdos técnicos e à condução de atividades práticas em laboratório, especialmente em situações que exigem mediação social intensa ou flexibilidade metodológica.

Os relatos qualitativos reforçam esse cenário, apontando que a formação inicial não contemplou adequadamente conteúdos relacionados à educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A ausência de formação continuada sistemática surge como um dos principais entraves para a consolidação de práticas inclusivas consistentes.

Esses achados convergem com a literatura que identifica a formação docente como variável central para o sucesso da inclusão escolar, sobretudo em contextos de maior complexidade curricular, como os cursos técnicos integrados.

Ausência de Plano Educacional Individualizado (PEI) e Fragilidade na Organização Pedagógica

Um dos resultados mais significativos refere-se à inexistência ou não formalização de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) para os estudantes com TEA matriculados no campus no período investigado.

A ausência desse instrumento compromete o acompanhamento sistemático das metas de aprendizagem e dificulta a implementação de adaptações curriculares alinhadas às necessidades individuais dos estudantes. Professores relataram realizar adaptações pontuais, porém sem diretrizes institucionais consolidadas ou acompanhamento técnico estruturado.

A inexistência de protocolos claros para elaboração e monitoramento do PEI evidencia fragilidade na organização pedagógica institucional, impactando diretamente a efetividade das práticas inclusivas.

A literatura aponta o PEI como ferramenta essencial para garantir equidade no processo avaliativo e pedagógico, especialmente em contextos que exigem articulação entre múltiplos docentes, como ocorre na EPT.

Recursos Pedagógicos e Tecnologias Assistivas: Disponibilidade Limitada e Uso Não Sistematizado

Os dados quantitativos indicaram percepção heterogênea quanto à disponibilidade de

recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas. Parte dos docentes afirmou utilizar estratégias visuais e adaptações metodológicas, contudo, os relatos evidenciam que tais iniciativas ocorrem de forma individualizada e não institucionalizada.

A ausência de tecnologias assistivas específicas e de suporte técnico especializado foi apontada como obstáculo relevante. Além disso, identificou-se que ambientes com elevada estimulação sensorial — como laboratórios e oficinas — podem representar desafios adicionais para estudantes com TEA, exigindo adaptações estruturais que ainda não estão plenamente consolidadas.

Esse cenário sugere que a inclusão, embora reconhecida como princípio institucional, ainda carece de investimento sistemático em infraestrutura adaptada e recursos pedagógicos especializados.

Articulação Escola–Família e Suporte Biopsicossocial: Convergências e Lacunas

A análise das respostas dos 7 pais ou responsáveis revelou percepção positiva quanto ao acesso à instituição, porém indicou fragilidades no acompanhamento contínuo e na comunicação sistemática entre escola e família.

Embora haja reconhecimento de esforços individuais de docentes, os responsáveis apontaram necessidade de maior integração entre equipe pedagógica, núcleo de atendimento especializado e profissionais externos de saúde.

A ausência de articulação formalizada entre setores pedagógicos e suporte biopsicossocial compromete a construção de estratégias intersetoriais fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes com TEA.

A literatura enfatiza que a inclusão efetiva depende de redes de apoio articuladas, envolvendo escola, família e serviços especializados, o que ainda se apresenta como desafio no contexto investigado.

Convergências e Divergências entre Professores e Pais: Percepções Complementares do Processo Inclusivo

A comparação entre as percepções docentes e familiares revelou convergência quanto à existência de desafios estruturais e formativos. Ambos os grupos reconhecem a necessidade de

maior suporte institucional e formação continuada.

Entretanto, divergências emergem quanto à avaliação do nível de preparo institucional. Enquanto parte dos docentes avalia que realiza adaptações adequadas dentro de suas possibilidades, os responsáveis tendem a perceber maior necessidade de acompanhamento sistemático e formalização de estratégias individualizadas.

Essa diferença de percepção evidencia a importância de mecanismos institucionais de diálogo contínuo e avaliação compartilhada das práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os desafios da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM-CMZL), a partir da perspectiva de professores e familiares. Ao focalizar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o artigo contribui para o avanço de um campo ainda pouco explorado na literatura nacional, que tradicionalmente concentra investigações sobre inclusão nos níveis iniciais da educação básica.

Os resultados evidenciam que a inclusão institucional encontra-se em processo de consolidação, marcada por iniciativas pontuais e esforços individuais de docentes, porém ainda permeada por lacunas estruturais e organizacionais. A insuficiência de formação continuada específica, a ausência de formalização de Planos Educacionais Individualizados (PEIs), a limitação de tecnologias assistivas e a fragilidade na articulação entre setores pedagógicos e suporte biopsicossocial configuram-se como desafios centrais.

A análise comparativa entre professores e pais revelou convergências quanto à necessidade de fortalecimento institucional das práticas inclusivas, embora tenham emergido divergências na percepção do nível de preparo organizacional. Tais diferenças indicam a importância de ampliar mecanismos de diálogo sistemático entre escola e família, favorecendo avaliações compartilhadas e construção coletiva de estratégias de acompanhamento.

No contexto da EPT, a inclusão demanda atenção específica, uma vez que o modelo de ensino integrado articula formação geral e técnica, exigindo competências acadêmicas e práticas que podem representar barreiras adicionais para estudantes que necessitam de adaptações pedagógicas estruturadas. Assim, garantir o acesso formal à matrícula não se mostra suficiente; é imprescindível assegurar condições efetivas de permanência qualificada e êxito formativo.

Do ponto de vista institucional, os achados indicam a necessidade de:

1. implementação sistemática de programas de formação continuada em educação inclusiva voltados à EPT;
2. formalização e monitoramento de Planos Educacionais Individualizados;
3. ampliação do acesso a tecnologias assistivas e adaptações estruturais;
4. fortalecimento da articulação intersetorial entre equipe pedagógica, núcleo de atendimento especializado e profissionais de saúde; e
5. consolidação de canais permanentes de comunicação com as famílias.

Em termos acadêmicos, este estudo amplia o debate sobre inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, evidenciando que a efetivação das políticas inclusivas requer não apenas adequação normativa, mas reestruturação organizacional e cultural das instituições. A pesquisa reforça que a inclusão na EPT deve ser compreendida como processo sistêmico, envolvendo múltiplos atores e dimensões institucionais.

Como limitações, destaca-se o recorte institucional único, o que restringe generalizações para outros campi ou redes de ensino. Contudo, a profundidade do estudo de caso permite oferecer subsídios relevantes para análises comparativas futuras.

Sugere-se que pesquisas posteriores ampliem a investigação para outros Institutos Federais, explorem a perspectiva dos próprios estudantes com TEA e analisem longitudinalmente os impactos das políticas inclusivas sobre indicadores de permanência e conclusão de curso.

Conclui-se que a consolidação da inclusão de estudantes com TEA na Educação Profissional Técnica depende de compromisso institucional contínuo, investimento formativo e fortalecimento de redes colaborativas. A efetivação desse processo representa não apenas cumprimento de prerrogativas legais, mas avanço na construção de uma educação pública mais equitativa, capaz de articular qualificação profissional e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, 2010.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto da educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 15–35.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A escolarização de alunos com deficiência no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 16, n. 1, p. 1–16, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação humana na educação profissional. Campinas: Autores Associados, 2013.

ORRÚ, Sílvia Ester. Autismo e inclusão escolar: práticas pedagógicas e estratégias de ensino. Petrópolis: Vozes, 2017.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2011.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.